



Davi vai pedir que Câmara dê prioridade a projetos do Senado

Entre as propostas que devem receber atenção especial dos deputados, estão a que facilita venda de etanol e a que endurece penas para crimes ambientais, como o de Brumadinho

O Senado já definiu três dos projetos aprovados pela Casa que farão parte da lista de prioridades a ser encaminhada à Câmara dos Deputados: o que facilita a venda de etanol, o que define diretrizes nacionais para o combate a diabetes e o que endurece multas contra crimes ambientais.

Na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que pediria aos deputados atenção especial a propostas aprovadas pelos senadores. Na segunda-feira, ele reafirmou sua intenção:

— Os senadores estão cobrando o princípio da reciprocidade — disse. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

De acordo com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, muitas das propostas aprovadas pelos senadores não chegam a ser pautadas e ficam paradas na Câmara



Pedro França/Agência Senado

O governo espera economizar R\$ 10 bilhões com a MP, nos primeiros 12 meses

Combate a fraude no INSS pode ser judicializado, expõe debate

Participantes de debate na comissão mista da medida provisória que visa a combater fraudes no INSS disseram que a MP pode acarretar em falsa economia. Segundo eles, o

cancelamento de aposentadorias e benefícios, como o ocorrido no governo Temer, deve levar a uma explosão de ações na Justiça. Senadores defendem mudanças na MP. **4**

TV Senado tem série sobre mudança na Previdência **2**

Corte de recursos em universidades recebe críticas **2**

Debatedores defendem apoio a mulher agredida

A educação e o apoio são fundamentais para superar o cenário que afeta mulheres vítimas de violência. Essa

foi uma das conclusões de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na terça-feira.

A reunião encerrou o Projeto Caminho das Flores, iniciativa da Polícia Civil do Distrito Federal. **2**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

A delegada Margarete Pessanha, que faz parte do Projeto Caminho das Flores, fala em debate dirigido por Nelsinho

Aborto de feto malformado pode virar crime

Proposta em análise na Comissão de Justiça criminaliza o aborto em casos de anencefalia ou microcefalia, independente de decisão do Judiciário. **3**

Assistência a venezuelanos terá R\$ 224 mi

Uma medida provisória editada na terça-feira destinou R\$ 223,85 milhões para assistência e acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos. **4**

Projeto acaba com flexibilização de multa ambiental **4**

Férias de juízes e procuradores podem diminuir **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Educação ajuda mulher agredida, aponta debate

Audiência pública na Comissão de Educação marcou o fim da edição de 2019 do Projeto Caminho das Flores, iniciativa da Polícia Civil do Distrito Federal que inclui atendimento psicológico e jurídico

A EDUCAÇÃO COMO componente primordial para a superação dos cenários de violência, opressão e pobreza que afeta parte das mulheres, com apoio de pessoas que fazem o acolhimento adequado, foram considerados essenciais para a mudança da sociedade, em audiência da Comissão de Educação (CE) na terça-feira. A reunião encerrou o Projeto Caminho das Flores, da Polícia Civil do Distrito Federal.

Em sua segunda edição, a iniciativa começou numa delegacia de Taguatinga Norte (cidade-satélite de Brasília) e inclui ações de proteção policial, com atenção especial para os encaminhamentos dos processos de violência doméstica e de integração das vítimas à comunidade por meio do ensino e da conscientização.

Atendimento psicológico, assistência social e jurídica, oficinas, aulas de defesa pessoal, cursos de empreendedorismo e workshops fazem parte do arcabouço criado para proteger a independência das mulheres vítimas de violência e de suas famílias no DF.

Idealizadora da proposta, em um ano a agente de polícia



Susana Bruno, integrante do projeto, fala em debate dirigido por Nelsinho

Deise Andrade viu a iniciativa crescer. De Taguatinga, o programa chegou a outras cinco cidades-satélites — Vicente Pires, Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo 2 e Brazlândia.

A delegada Márcia Margarete Pessanha frisou que a aproximação, o olhar de solidariedade e compromisso e o apoio à comunidade vão impactar positivamente e até mesmo diminuir os índices de criminalidade e violência.

Coordenador do debate, que foi requerida por Izalci Lucas (PSDB-DF), Nelsinho Trad (PSD-MS) ficou tão impressionado com o projeto que convidou as organizadoras a apresentarem-no ao governo de Mato Grosso do Sul.

A administradora regio-

nal de Taguatinga, Karolyne Guimarães, citou pesquisa do IBGE que comprovou a influência da educação materna no aumento da escolaridade e no rendimentos dos filhos.

Diretora de Direitos da Condição da Mulher do Fórum de Mulheres do Mercosul, Lúcia Bessa comemorou as transformações singelas que o Caminho das Flores vem proporcionando, mas cobrou algo mais amplo.

— Somente essa educação é capaz de transformar o status quo, não há outra forma de educação capaz de prevenir violências, principalmente contra mulheres e meninas, que não tenha em seu bojo a criticidade e a transformação de uma situação — opinou.

Série da TV Senado explica PEC da reforma da Previdência

Os principais pontos da reforma da Previdência, como a exigência de idade mínima, os impactos na aposentadoria de trabalhadores rurais e de servidores públicos e a nova forma de calcular benefícios e de fazer correções estão em uma série produzida pela TV Senado. Os vídeos curtos (cerca de dois minutos cada) apresentam como ficam os benefícios dos

trabalhadores que terão suas vidas afetadas pela mudança apresentada pelo governo na PEC 6/2019.

O governo estima economizar cerca de R\$ 1 trilhão, em dez anos, com as mudanças. A série também detalha o processo de tramitação da PEC.

A série está disponível no YouTube: www.youtube.com/tvsenado

Não há motivo para comemorar o Dia do Trabalhador, diz Alvaro

Devido ao alto índice de desemprego registrado no país, Alvaro Dias (Pode-PR) afirmou que não há motivos para comemorações neste 1º de Maio. O senador ressaltou dados do IBGE que registram o índice de 12,7% dos brasileiros em idade ativa (13,4 milhões) sem emprego. Para ele, os números são ainda piores que os divulgados.

O senador afirmou que a falta de oportunidades de emprego é a principal causa do aumento da pobreza e da miséria no Brasil.



Bagagem em avião pode voltar a ser grátis, afirma Simone Tebet

O direito de transportar bagagem gratuitamente em aviões pode voltar a ser realidade, disse na terça-feira Simone Tebet (MDB-MS). Emenda que revoga a autorização para a cobrança de despacho de bagagens foi aprovada pela comissão da medida provisória que regula o sistema aéreo. A senadora explicou que o tema foi acrescentado devido à “má-fé” das companhias, que conseguiram aprovar o fim da franquia prometendo diminuir os preços das passagens.



Senadores criticam corte de verba em universidades

A decisão do Ministério da Educação de cortar verbas de três universidades federais repercutiu entre os senadores. A Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UnB) tiveram seus orçamentos bloqueados em 30%.

Angelo Coronel (PSD-BA) anunciou que apresentou requerimento à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, preste esclarecimentos.

Otto Alencar (PSD-BA) e Jaques Wagner (PT-BA) apoiam

o pedido de informações ao ministro da Educação. Otto disse que, se a decisão do ministro for pessoal e meramente ideológica, o PSD no Senado vai obstruir todas as votações de interesse do governo

Pelo Twitter, Jaques Wagner anunciou que, com os outros senadores do PT, vai representar na Procuradoria-Geral da República e no Tribunal de Contas da União contra o ministro da Educação por improbidade administrativa.

Na visão de Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a medida do Ministério da Educação e sua justificativa “merecem

uma análise mais cuidadosa”.

Para Rogério Carvalho (PT-SE), a comunidade universitária deveria “pedir o impeachment” do ministro “pela balbúrdia mental que manifesta nos seus comentários e decisões”.

Humberto Costa (PT-PE) lembrou que as três universidades que sofreram cortes entre as melhores do país.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o governo ataca a educação como alvo para manter o “bolsonarismo raivoso e atizado”, estimulando que alunos gravem e intimidem professores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Acordo com a Suíça e grupo parlamentar com Israel

10h Na pauta de 7 itens, o PDL 57/2019, que trata de acordo previdenciário entre Brasil e Suíça, o PRS 5/2019, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Israel, e análise de requerimentos.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de terça-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projetos podem ter prioridade na Câmara

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que pedirá aos deputados atenção a propostas já aprovadas no Senado, como a que endurece pena para crimes ambientais

A LISTA DE projetos do Senado com tramitação prioritária na Câmara dos Deputados incluirá textos para facilitar a venda de etanol, criar diretrizes nacionais para o combate a diabetes e endurecer multas contra crimes ambientais. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, havia antecipado na semana passada que pediria atenção especial na Câmara para uma série de projetos já aprovados no Senado. A lista completa ainda não está definida, mas três já foram confirmados pelo presidente.

— Muitos projetos que o Senado vota e que são encaminhados para a Câmara não são pautados, não são criadas as comissões especiais, as coisas não acontecem. Os senadores estão cobrando o princípio da reciprocidade: que a Câmara possa também fazer uma pauta de votação de matérias que o Senado já encaminhou — afirmou na segunda-feira.

O PDS 61/2018, aprovado em junho passado, autoriza a venda de etanol diretamente do produtor aos postos de combustíveis. De Otto Alencar (PSD-BA), o projeto foi uma



Roque de Sá/Agência Senado

Proposta para facilitar a venda de etanol faz parte da lista de prioridades

resposta às reivindicações de caminhoneiros que organizaram uma greve em todo o país.

O projeto susta um artigo de resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que determina que um fornecedor de etanol só pode comercializar o produto com outro fornecedor cadastrado na ANP, com um distribuidor autorizado pela agência ou com o mercado externo.

Segundo Otto Alencar, o mercado está cartelizado e oligopolizado, o que aumenta o preço final ao consumidor. Os produtores não serão obrigados a vender o biocombustível

diretamente, mas terão mais essa possibilidade.

Na Câmara, o projeto precisará passar pelas Comissões de Minas e Energia (CME) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) antes de ser votado pelo Plenário.

Diabetes

O PLC 133/2017, aprovado no início de março, cria a Política Nacional de Prevenção do Diabetes, a ser adotada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto teve origem na Câmara, recebeu emendas no Senado e essas alterações precisam ser confirmadas

pelos deputados.

Entre outros pontos, o texto prevê campanhas de conscientização sobre a importância de medir e controlar o nível de glicose no sangue e busca assegurar um atendimento rápido e tratamento integral às pessoas com diabetes no SUS.

Os senadores retiraram do texto menções ao direito às medicações e aos materiais de monitoramento da doença, porque isso está estabelecido na legislação desde 2007. Também foi removida a obrigatoriedade de exames de glicemia e de teor de açúcar em triagens. A rede do SUS já faz exames quando o paciente se declara diabético ou apresenta sinais claros de ser portador da doença.

A Câmara analisará as emendas em duas comissões antes da votação em Plenário: na de Seguridade Social e Família (CSSF) e na CCJC.

O PL 550/2019 torna mais rígida a responsabilização civil, penal e administrativa das mineradoras, além de estabelecer multas de R\$ 10 mil a R\$ 10 bilhões para crimes ambientais — o valor varia em função da extensão do dano

e do potencial econômico do infrator. A multa, quando aplicada, deverá ser revertida obrigatoriamente à região afetada. O texto também classifica como hediondo o crime de poluição ambiental quando resultar em morte, o que permite o aumento da pena em até quatro vezes.

A aprovação do projeto foi uma resposta do Senado ao rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da Vale em Brumadinho (MG). O desastre deixou mais de 233 mortos e 37 pessoas ainda são consideradas desaparecidas. Foram resgatadas com vida 395 pessoas. Os rejeitos destruíram o Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco. Rompimento similar havia acontecido três anos antes, quando uma barragem de rejeitos da Vale destruiu o Rio Doce e matou 19 pessoas.

No Senado, a proposta, de Leila Barros (PSB-DF), foi aprovada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente (CMA) e seguiu diretamente para a Câmara, onde será objeto de comissão especial, que ainda não foi constituída.

Proposta criminaliza aborto nos casos de malformação do feto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa um projeto que criminaliza o aborto provocado por motivo de malformação fetal. O PL 2.574/2019, do senador Flávio Arns (Rede-PR), aguarda o recebimento de emendas.

A proposta tem como objetivo evidenciar a punibilidade da prática de aborto também nos casos de malformação

fetal. De acordo com o Código Penal brasileiro, a prática do aborto só será permitida nos casos em que não há outra forma de salvar a vida da gestante e em casos de estupro.

Entretanto, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a realização de aborto quando se tratar de fetos com anencefalia, ou seja, com a ausência de partes

do cérebro. Na ocasião, foi decidido, por 8 votos a 2, que o feto anencefálico não tem vida e, por isso, não pode ser considerado aborto.

Está marcado, para o dia 22, julgamento no STF para decidir se grávidas infectadas com o vírus da zika podem ou não abortar. O tema foi criticado em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), em 25 de abril.

“É inaceitável a possibilidade de que a eugenia, prática de estados totalitários do século passado, avance em supostas brechas, neste caso inexistentes, da lei brasileira. No caso das gestantes contaminadas pelo vírus Zika, apenas um percentual delas poderá vir a dar à luz crianças com microcefalia e, ainda assim, em

gradações variadas, o que em hipótese alguma pode excluir essas crianças do direito à vida, seja qual for a severidade das limitações que venham a apresentar”, argumenta o senador.

Na justificativa, Arns diz que é responsabilidade do Legislativo tratar sobre o aborto, e não do Judiciário. Além disso, alega que uma sociedade civilizada não deve aderir à prática.

PEC reduz férias de magistrados e membros do Ministério Público

Tramita no Senado uma proposta que limita a 30 dias a duração das férias dos magistrados e dos membros do Ministério Público, que hoje é de 60 dias. A PEC 58/2019 também veda a adoção da aposentadoria compulsória como sanção disciplinar para juízes e prevê a demissão por interesse público. O texto aguarda designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta, de Carlos Viana (PSD-MG), visa diminuir os gastos públicos e garantir maior eficiência aos jurisdicionados. “Não podemos conceber que o labor dos juízes e dos membros do Ministério Público implique, em comparação com diversas

outras profissões dos setores público e privado, a necessidade de se ausentar de suas funções por 60 dias a cada ano”, justifica o senador.

A PEC altera também a sanção aplicada a magistrados que cometem infrações administrativas, possibilitando a demissão, por meio de processo administrativo interno. Hoje o infrator é aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço e só pode perder o cargo após sentença transitada em julgado. “Entendemos que a aposentadoria compulsória não é sanção adequada nem proporcional à gravidade da conduta do magistrado”, argumenta Viana na justificativa.

Girão defende instalação da CPI dos Tribunais

A instalação da CPI dos Tribunais Superiores é necessária para que não parem dúvidas sobre nenhum integrante, por exemplo, do Supremo Tribunal Federal, disse Eduardo Girão (Pode-CE). Para o senador, entre as muitas crises que o país enfrenta — como a econômica, a política e a social, com desemprego altíssimo — “a pior é a crise moral, responsável por todas as outras”.

Para Girão, a população já deu o recado contra a corrupção nas urnas e espera que a moralização das práticas da administração pública chegue também ao Judiciário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe condena licitação no STF para bebida e alimento

Reguffe (sem partido-DF) criticou na terça-feira o Supremo Tribunal Federal (STF) por abrir uma licitação para comprar lagosta, camarão e vinhos para recepções na Corte. O valor total, ressaltou, é de R\$ 1,134 milhão. O senador mencionou estudo da ONG Contas Abertas, segundo o qual a administração pública federal gasta, por ano, mais de R\$ 1,6 bilhão com combustível, pedágio, manutenção, aluguel e leasing de veículos. Ele pediu apoio ao PLS 547/2018, de sua autoria, que dá fim aos carros oficiais no Brasil, excetuando o do presidente da República.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zequinha diz ser contra fusão da ANTT com a Antaq

Zequinha Marinho (PSC-PA) manifestou em Plenário, na terça-feira, posição contrária à possibilidade de fusão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Ele pediu que o governo reavalie a medida e defendeu maior autonomia técnica às agências reguladoras. Por ter o Brasil grande extensão territorial, avalia o senador, a gestão e os serviços prestados serão comprometidos.

— A meu ver, traria mais desvantagens do que benefícios — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debate: MP contra fraude no INSS pode aumentar ações na Justiça

Para convidados de audiência na comissão mista que analisa a medida, segurados tendem a questionar a anulação de benefícios

EDITADA PARA COIBIR fraudes no INSS e economizar quase R\$ 10 bilhões nos primeiros 12 meses de vigência, a medida provisória que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios Previdenciários com Índícios de Irregularidade e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade pode acarretar uma falsa economia. Essa é a avaliação do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e de alguns parlamentares que participaram, na terça-feira, de audiência na comissão mista que analisa a MP. O motivo é o possível aumento do número de ações judiciais movidas pelos segurados para anular o corte de benefícios e pensões.

Na prática, a MP 871/2019 altera regras de concessão de benefícios, como auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria rural e cria também dois bônus por produtividade, sendo um para analistas e técnicos do INSS e outro para a carreira de peritos médicos.

Segundo o diretor do IBDP, Diego Cherulli, o pente-fino do governo Temer cancelou, em dois anos, 80% dos benefícios de auxílio-doença revisados e 30% das aposentadorias por invalidez revistas, o que teria causado uma explosão de ações na Justiça Federal.



O presidente do colegiado, senador Izalci Lucas (C), comanda a reunião

— A MP não vai reduzir a judicialização, vai aumentar — disse Cherulli.

O diretor do IBDP diz que até mesmo benefícios que haviam sido concedidos na Justiça (que, diferentemente do INSS, conta com peritos especialistas) foram cassados pelo pente-fino iniciado em 2016. Ele considera que a criação de um bônus para os peritos pode estimular o indeferimento de benefícios.

Entretanto, a diretora de Benefícios do INSS, Marcia Eliza de Souza, acredita que a medida vai reduzir as divergências de entendimento entre o instituto e a Justiça, opinião reforçada pela subsecretária de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Karina Argolo.

Segundo ela, com a MP,

os peritos do INSS poderão acompanhar processos judiciais de benefícios por incapacidade, o que pode representar uma economia de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.

— Na maioria das vezes, o perito judicial desconhece as regras dos benefícios por incapacidade. Existe muita diferença no olhar e na conduta — afirmou Karina.

O presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Francisco Alves, negou que os peritos sejam estimulados a indeferir benefícios. Ele ressaltou que o bônus a ser pago independe da decisão favorável ou contrária à concessão.

Segundo ele, de cada dez pedidos de auxílio-doença, sete são autorizados pelos peritos do INSS. Alves desta-

Fotos: Jone de Araújo/Agência Senado

cou que o pagamento de 13º no Programa Bolsa Família, apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro, será custeado pela economia gerada com o pente-fino do INSS.

— O Estado nos deixou fazer o nosso trabalho, o que vai permitir que neste Natal 14 milhões de famílias possam ter o 13º do Bolsa Família. Isso é um impacto social fantástico e é apenas uma fração do que pode ser feito — destacou.

Mudanças

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e os deputados Tereza Nelma (PSDB-AL) e Rodrigo Coelho (PSB-SC) defenderam mudanças na MP, que, segundo eles, trata fraude como regra e prejudica milhares de brasileiros.

— Não estamos falando apenas de números, estamos falando de vidas. Pessoas que pagaram INSS a vida toda e, com essa MP, se for aprovada da forma como está, vai aumentar ainda mais a desigualdade social em nosso país e aumentar ainda mais as ações judiciais — avaliou Rodrigo Coelho.

De acordo com o presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o relatório final será apresentado em 7 de maio, véspera da votação da proposta.

Projeto susta decreto que flexibiliza multas ambientais

Projeto para sustar os efeitos do decreto do presidente Jair Bolsonaro, que flexibilizou multas ambientais, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Decreto 9.760, de 2019, estabelece que os órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente, como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), são obrigados a estimular a conciliação nos casos de infrações administrativas por danos ambientais e seguir um rito estabelecido para encerrar os processos.

Para o autor do PDL 202/2019, que suspende a validade do decreto, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), as inovações apresentadas pelo governo somente poderiam ser implementadas por lei, já que, além de ter criado o Núcleo de Conciliação Ambiental, alterou ritos e prazos processuais previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998).

No entendimento de Contarato, o Executivo extrapolou o poder regulamentar, “inovou no ordenamento jurídico e exerceu função típica do legislador” ao criar um órgão com a possibilidade de promover audiências de conciliação para encerrar o processo se o infrator aderir ao programa de conversão de multas em serviços ambientais.

“O núcleo criado passará a analisar previamente as infrações e, antes mesmo de qualquer defesa do autuado, poderá, em juízo igualmente subjetivo, anular a multa aplicada, ajustá-la ou confirmá-la”, ressalta.

O senador também destaca que, pelo decreto, caso o processo decorrente da autuação seja mantido, os descontos das multas ambientais podem chegar a 60%. Caberá ao Núcleo de Conciliação explicar ao autuado as razões que motivaram a aplicação da multa e apresentar as soluções possíveis para encerrar o processo.

MP destina R\$ 224 milhões para apoio a imigrantes venezuelanos

O governo federal editou na terça-feira medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 223,85 milhões para a assistência emergencial e o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos (MP 880/2019).

A Constituição permite que o governo adote medida provisória de crédito extraordinário para atender despesas imprevisíveis e ur-

gentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Esta é a primeira medida provisória do governo do presidente Jair Bolsonaro destinada a auxiliar a situação dos venezuelanos que buscaram refúgio no Brasil desde o início da crise política, econômica e social no país vizinho.

Com Agência Câmara

Audiência vai debater poluição ambiental em Mato Grosso do Sul

Três comissões do Senado vão debater o impacto ambiental provocado por plantações, construções irregulares e estradas em áreas de preservação em Bonito (MS). As águas cristalinas do município estão ficando cheias de lama. A audiência incluirá as Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura (CRA), e de Desenvolvimento Regio-

nal e Turismo (CDR).

O requerimento de audiência foi apresentado pelos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), Lucas Barreto (PSD-AP) e Otto Alencar (PSD-BA). A data ainda não foi confirmada. Bonito é considerado um polo do ecoturismo mundial e o principal atrativo do complexo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Kajuru defende fim da aposentadoria dos congressistas

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu a aprovação de um projeto, do qual é relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que extingue a previdência especial concedida a parlamentares (PL 898/2019). Para o senador, congressistas também devem se aposentar como a maioria da população, pelo Regime Geral de Previdência Social.

— Não chegamos sequer a ser ainda uma sociedade de classes, com direitos iguais e mobilidade social. A distância entre as favelas e os palácios é a mesma que nos separa da condição de uma democracia social — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Izalci Lucas critica decisão do TCU que tira recursos do DF

A decisão do Tribunal de Contas da União que destina aos cofres federais a arrecadação com o Imposto de Renda sobre o contracheque de servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal provocará uma calamidade pública, disse Izalci Lucas (PSDB-DF). Para o senador, a mudança de destino das verbas inviabilizará contas e prestação de serviços pelo governo do DF. O processo aguardava julgamento desde 2006. Com a decisão, segundo Izalci, o DF deixará de arrecadar R\$ 700 milhões ao ano e terá de devolver débitos acumulados de cerca de R\$ 10 bilhões à União.

Rodrigues defende cuidado com crise na Venezuela

A Operação Liberdade, manifestação convocada pelo presidente encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, para destituir o presidente Nicolás Maduro, deve ser vista com cautela, disse na terça-feira Chico Rodrigues (DEM-RR). O senador afirmou que a tomada do poder à força pode agravar a situação e provocar um conflito de proporções inimagináveis, gerando mais mortes entre os venezuelanos.

— Espero que o governo brasileiro, a nossa diplomacia, se alinhe no sentido de lutar pela democracia naquele país — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado